

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



## CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM PARAUPEBAS/PA: breve análise dos aspectos políticos e socioeconômicos

Andrea Ferreira Lima da Silva<sup>1</sup>

### RESUMO

O artigo analisa as contradições do desenvolvimento no município de Parauapebas, no sudeste do Pará, enfatizando os aspectos políticos e socioeconômicos e os relacionando com a formação histórica e social da Amazônia paraense. A revisão bibliográfica e análise de dados secundários recentes da realidade do município (2018-2023) foram baseadas no método da teoria social crítica. Problematisa-se o fenômeno da “superurbanização” da cidade, os dados socioeconômicos e de violência contra mulher, contrastando com os dados do desempenho econômico do município. Conclui-se que se no período militar o discurso do desenvolvimento econômico era baseado na modernização da região, atualmente se baseia na ideia distorcida de geração de empregos e na arrecadação, discurso propagado pelo governo local e sociedade civil empresarial, ocultando as contradições sociais e os interesses voltados à acumulação de capital.

**Palavras-chave:** Parauapebas; contradições; desenvolvimento econômico.

### ABSTRACT

The article analyzes the contradictions of development in the municipality of Parauapebas, in southeastern Pará, emphasizing the political and socioeconomic aspects and relating them to the historical and social formation of the Pará Amazon. The bibliographical review and analysis of recent secondary data from the municipality's reality (2018-2023) were based on the critical social theory method. The phenomenon of “over-urbanization” of the city, socioeconomic data and violence against women are problematized, contrasting with data on the economic performance of the municipality. It was concluded that if in the military period the discourse of economic development was based on the modernization of the region, it is currently based on the distorted idea of job creation and tax collection, a discourse propagated by the local government and business civil society, hiding the social contradictions and interests aimed at capital accumulation.

**Keywords:** Parauapebas; contradictions; economic development.

<sup>1</sup> Universidade Federal Rural da Amazônia- UFRA; Mestre em serviço social; andreaferreira72@yahoo.com.br

#### PROMOÇÃO



#### APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## 1 INTRODUÇÃO

O município de Parauapebas, localizado no sudeste do estado do Pará, pertencente a região de Carajás, completou 35 anos de emancipação política no dia 10 de maio de 2023. A cidade que construiu sua história sob o chão dos projetos de desenvolvimento para Amazônia, em especial, a partir de 1981, com início da implantação do Projeto Ferro Carajás, atualmente mantém a dependência econômica da exploração mineral.

Historicamente, o discurso do desenvolvimento da região é utilizado para escamotear as contradições sociais, a concentração de renda e o acúmulo de capital; se no período militar o discurso era baseado na modernização da região, atualmente se baseia cada vez mais na “retórica da criação de empregos e de divisas para o município. A retórica do emprego surge como saída para uma população que teme o desemprego”. (COELHO, 2015).

Considerando o objetivo do trabalho de analisar as contradições decorrentes desse modelo de desenvolvimento econômico, em seus aspectos políticos e socioeconômicos mais recentes, sem perder a correlação histórica com a formação social da Amazônia, a primeira parte do texto apresenta o processo de ocupação da região e sua inserção na lógica de acumulação capitalista.

Na segunda parte, as contradições do desenvolvimento são expostas através do contraste de informações entre os dados sobre as condições de vida da população, do setor de Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), do Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC (2023), entre outros bancos de dados e as informações do Boletim Econômico de Parauapebas (2023) e do Observatório de Dados de Parauapebas (2023).

PROMOÇÃO



APOIO



## 2 PARAUPEBAS NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO HISTÓRICO SOCIAL DA AMAZÔNIA PARAENSE

A literatura crítica sobre a Amazônia defende que a região teve sua ocupação induzida pelo Estado intervencionista a partir das décadas de 1960 e 1970. De acordo com Rodrigues (1996), é a partir da década de 1960 que a Amazônia incorpora-se ao padrão de acumulação capitalista, uma vez que foi neste período que se começou a sentir os reflexos das políticas desenvolvimentistas implementadas na década anterior. “O plano de Metas [governo Juscelino Kubitschek], entre outros objetivos, propunha-se expressamente, a assegurar a ocupação territorial da Amazônia em sentido brasileiro”. (RODRIGUES, 1996, p. 30).

No contexto pós o golpe militar de 1964 as preocupações se voltam para a necessidade de superação do “atraso” da região. A primeira ação dos militares, voltada para a Amazônia deu-se no ano de 1966, a chamada “Operação Amazônia”, com a criação de leis e instituições voltadas para intensificar a ação do Estado capitalista na região.

A noção de que o desenvolvimento do capitalismo seria o meio único capaz de efetivamente implementar o processo de modernização na região foi um dos pontos principais das estratégias de desenvolvimento dos governos militares. Foi assim o período marcado pela utilização da política de incentivos fiscais pelo Estado nacional para atrair e favorecer a implantação de grandes capitais na Amazônia.

Mesquita (2012) defende que a Amazônia passou a fazer parte do mercado nacional a partir das década de 1970, com a i) construção da Rodovia Belém-Brasília, ii) criação da Zona Franca de Manaus, iii) os projetos agropecuários induzidos pela política de Desenvolvimento Regional, iv) a infra estrutura do Grande Projeto Carajás, v) a construção da Transamazônica, vi) as iniciativas de colonização privada (Rondônia e Mato Grosso) e pública (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária –INCRA) na Transamazônica, “quase tudo executado pelo estado”. (MESQUITA, 2012, p. 66).

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



O Projeto Ferro, da então Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, implantado entre 1980 e 1985, era um complexo que envolve mina-ferrovia-porto, que deu origem ao Programa Grande Carajás (PGC), um programa de desenvolvimento para a Amazônia Oriental: “O PGC era um pacote creditício e de incentivos fiscais que incluía projetos voltados para o desenvolvimento da agricultura, silvicultura, pecuária, exploração mineral e industrialização na Amazônia Oriental” (RODRIGUES, 2011, p. 85).

Essas intervenções governamentais indutoras do “desenvolvimento” se extinguíram juntamente com o estado autoritário e deram lugar a uma ação governamental mais “normalizadora e mediadora das relações dos diferentes atores da cadeia produtiva”. Mesquista (2012) explica que a diferença é que a dinâmica do setor já não depende de agências governamentais e está vinculada à expansão do mercado, ela agora se baseia na dinâmica externa das *commodities* e no excedente acumulado.

O projeto neoliberal brasileiro a partir da década de 1990 implicou em um novo estágio de “desenvolvimento” da Amazônia, pois a hipervalorização das relações de mercado e da integração de capitais basearam todas as decisões de investimento no setor. Logo, as empresas privadas internacionais se tornaram as protagonistas do crescimento econômico na região.

No caso do sudeste paraense, sobretudo no município de Parauapebas, historicamente, a empresa Vale S.A, antiga CVRD<sup>i</sup>, é o principal agente do crescimento econômico e atrai até hoje trabalhadores e empresas de várias regiões do Brasil.

No período dos governos militares, milhares de trabalhadores atraídos e induzidos pela política de ocupação da Amazônia povoaram a cidade de Parauapebas, mas não tiveram acesso a um espaço urbano com equipamentos coletivos adequados, como o Núcleo Urbano de Carajás criado pela então CVRD para abrigar seus funcionários, obrigando os milhares de trabalhadores recém-

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

chegados a ocupar áreas insalubres de forma desordenada, em um espaço sem atuação do poder público.

Segundo as informações da Prefeitura Municipal de Parauapebas, à luta pela emancipação política da vila se iniciou em 1985 e terminou em 1988 com a Lei Estadual nº 5.443/88, de 10 de maio de 1988. Segundo estatísticas do município, de 1981 a 2004, a população de Parauapebas cresceu mais de 10 vezes, chegando ao número de 110 mil habitantes (PMP, 2015), em 2010 chegava a 153.908 habitantes (IBGE, 2012). Como será visto a seguir, atualmente, a população está estimada ultrapassa 270.000 habitantes. (IBGE, 2023).

Para Mathis e Mathis (2012), o modelo de desenvolvimento centrado nas atividades econômicas da transnacional Vale S.A, apresenta inúmeras contradições. Apesar de manifestar a possibilidade de geração de emprego, trabalho e renda para a população em torno das atividades da cadeia da mineração, o próprio processo produtivo da mineração em grande escala modifica a natureza e altera as relações sociais na região. Ademais, “a forma como vêm sendo implementada as atividades de mineração da Vale na região, nos últimos anos, potencializa o aparecimento de vários problemas econômicos, sociais e ambientais. (MATHIS; MATHIS, 2012, p. 188-189).

A seguir será apresentado de forma breve as contradições do modelo de desenvolvimento adotado na Amazônia e sua particularidade em Parauapebas, pois o avanço econômico expresso nos dados sobre o Produto Interno Bruto (PIB), balança comercial favorável, geração de emprego não refletem nas condições de vida da maioria da população. Ao contrário, “ela foi/continua sendo excluída deste processo de desenvolvimento econômico. [...] sinônimo de crise social e ambiental, fenômeno desconsiderado tanto pelo planejamento (centralizado e autoritário) do período militar quanto na atualidade democrática das forças de mercado. (MESQUITA, 2012, p. 74).

PROMOÇÃO



APOIO



### 3 CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO EM PARAUAPEBAS/PA

Como mencionado anteriormente, a população de Parauapebas continua crescendo em ritmo acelerado. Segundo prévia da população dos municípios, com base nos dados do Censo Demográfico de 2022, a cidade possui 271.577 habitantes, se tornando o 4º município mais populoso do estado do Pará, atrás somente de Belém (1.367.336), Ananindeua (515.745) e Santarém (351.220 habitantes). (IBGE, 2023).

Trindade, Oliveira e Borges (2014) já analisavam a explosão demográfica e expansão urbana de Parauapebas e alertavam que os modelos de urbanização clássicos não podem ser utilizados para definir os modelos de urbanização identificados na Amazônia. Pois, em suas análises, a tipologia “não dá conta das alterações geoeconômicas produzidas pelo Projeto Ferro Carajás, especialmente o formato que se estabeleceu em Parauapebas.” (TRINDADE; OLIVEIRA; BORGES, 2014, p. 605).

Para os pesquisadores, em Parauapebas ocorre o fenômeno denominado por Becker (2005) de Superurbanização, cuja principal característica é a criação de novos bairros muito rapidamente, fenômeno típico na cidade. Um exemplo da conformação de novos bairros em um curto período de tempo é a área chamada “Complexo VS10”.

Segundo dados do Diagnóstico Socioterritorial do Complexo VS10 realizado em 2018, foram estudadas 16 (dezesesseis) localidades: Nova Parauapebas, Raio de Sol, Jardim Eldorado, Parque São Luiz I e II, Jardim Planalto, São Raimundo, Bom Jesus, Califórnia, Casa Branca, Panorama, Triunfo, Minas Gerais, Brasília, Boa Esperança, Nova Esperança II e Águas Lindas.

Das 16 localidades estudadas, 10 (dez) estavam em situação fundiária clandestina e 7 (sete) das 16 localidades estavam em áreas de risco para deslizamentos, alagamentos e escorregamento de lama e detritos. (SEMAS. 2021).

#### PROMOÇÃO



#### APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



O Diagnóstico apontou para a “sobreposição de vulnerabilidades relacionadas a saneamento básico, infraestrutura urbana, educação, saúde, esporte, cultura, lazer, assistência social, trabalho, emprego, renda, segurança pública, transporte e habitação [...]” (SEMAS, 2021, p. 32), e recomendou a implantação de um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) com capacidade de referenciamento para 5000 famílias. Até o ano corrente o serviço não foi implantado e a população desses bairros continua sendo atendida por uma “equipe volante” de um CRAS com localização distante da área.

As condições de moradia da população de Parauapebas, em especial, do acesso a água e esgotamento sanitário no contexto da pandemia do COVID-19, foram analisadas por pesquisadores da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Os pesquisadores avaliaram municípios com elevada riqueza produzida pela exploração mineral e se basearam nos dados do Cadastro Único (CadÚnico) de Programas Sociais, para o período entre 2012 a 2020.

Em Parauapebas, os pobres e extremamente pobres representam um quarto da população total, em 2019 o número de extremamente pobres em Parauapebas era de 43.868 e em 2020 de 47.906. (SILVA, OLIVEIRA E MENDES, 2020).

Os dados mostram que apenas 14,3% famílias pobres e extremamente pobres de Parauapebas (2020) possuem escoamento sanitário por rede coletora de esgoto ou pluvial, número acima da média paraense, mas abaixo da média brasileira, considerada uma média problemática, uma vez que não abarca mais da metade das famílias pobres e extremamente pobres do país.

Outra face da violação de direitos humanos sociais no município de Parauapebas se refere a relação entre a desigualdade social e o aumento da violência contra mulheres e meninas. O levantamento de dados do Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC, revelam que “nos três municípios brasileiros onde mais se arrecada CFEM [Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários], mais se apanha e viola”. (INESC, 2023, p. 07).

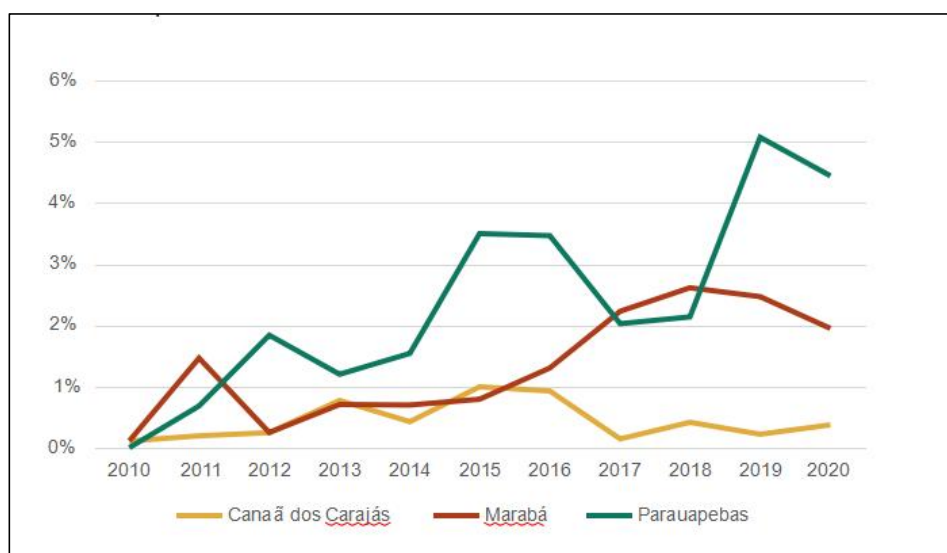
PROMOÇÃO



APOIO



Os municípios de Canaã dos Carajás, Marabá e Parauapebas são os mais violentos para mulheres e meninas, com percentuais alarmantes comparado com o total de casos no estado do Pará. Parauapebas, por sua vez, se destaca negativamente por apresentar o maior percentual de violência sexual em comparação aos demais municípios analisados, com o maior registro, no valor de 5,1% no ano de 2019.(INESC, 2023).



**Gráfico 1** – Violência Sexual - Sexo Feminino: comparação com o total de casos para o estado do Pará

Fonte: INESC (2023) com base nos dados do DATASUS.

O levantamento realizado pelo INESC (2023) tem como objetivo fomentar o debate sobre como os modelos de extração mineral vigentes repercutem diretamente na vida das mulheres. O instituto defende que a CFEM, conhecida também como “royaltys” do minério devem ser usados para ampliação dos direitos sociais da população, através de políticas públicas voltadas para mulheres, voltadas para cidadania.

Entretanto, os dados apresentados nesta seção expressam o que o Instituto já vem denunciando: a CFEM não tem cumprido sua finalidade. Para mais detalhes sobre a utilização da CFEM no município de Parauapebas, recorre-se ao

PROMOÇÃO



APOIO





levantamento realizado pelo projeto “De olho na CFEM” (2022), que reuniu todos os dados referentes a arrecadação nos últimos anos.

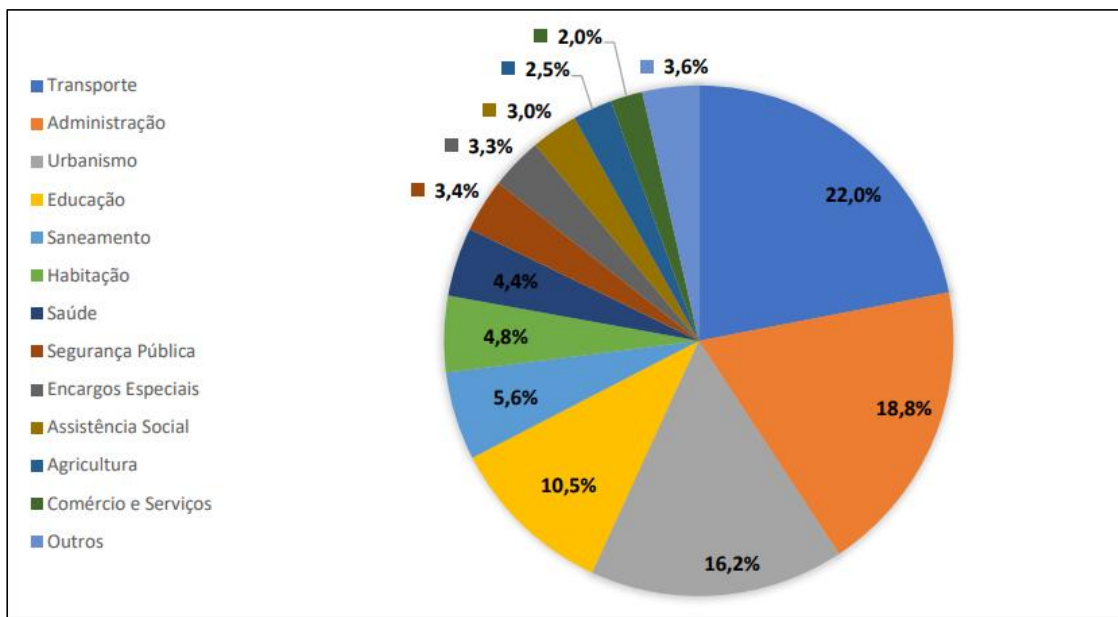


**Gráfico 2 – Evolução da CFEM e da Receita Corrente da Prefeitura de Parauapebas entre 2017 e 2021**

Fonte: “De olho na CFEM” (2022), com base no portal da transparência da prefeitura de Parauapebas

O gráfico evidencia a crescente dependência de Parauapebas em relação aos recursos da CFEM, uma vez que esta compensação representa 50,8% da receita corrente no ano de 2021. Quando se observa o tipo de gasto com a CFEM no ano de 2021, identifica-se que dentre as funções com menor participação no gasto estão a Indústria (0,1%), Ciência e Tecnologia (0,0%), Organização Agrária (0,0%), Cultura (1,5%), Desporto e lazer (1,3%), Gestão ambiental (0,4%) e Direito da cidadania (0,3%).

A Assistência Social representa 3,0% do gasto, Agricultura 2,5% e Comércio e serviços 2,0%. As funções que utilizam, relativamente, os maiores recursos da CFEM são: Transporte (22,0%), Administração (18,8%), Urbanismo (16,2%), Educação (10,5%), Saneamento (5,6%), Habitação (4,8%), Saúde (4,4%), Segurança Pública (3,4%) e Encargos Sociais (3,3%).



**Gráfico 3** – Despesas, por função, vinculadas à fonte CFEM - Parauapebas, 2021

Fonte: “De olho na CFEM” (2022), com base no portal da transparência da prefeitura de Parauapebas

Apesar de gastos importantes com o programa municipal de transferência de renda, projeto “Gira Renda” e “investimento” na área da saúde, ambos no período da pandemia do COVID-19, a análise realizada pela entidade sinaliza que a comparação de gastos entre as diferentes categorias demonstra uma maior opção por gastos com a máquina pública e projetos ligados à infraestrutura em relação àqueles ligados à diversificação econômica e aos direitos humanos.

### 3.1 Desempenho econômico de Parauapebas e o discurso do desenvolvimento

O Boletim Econômico de Parauapebas, produzido pela Prefeitura Municipal de Parauapebas - PMP (2023), ao apresentar dados comparados com outros municípios, com o estado e em nível nacional chega a conclusão que o crescimento econômico do município (ano base 2019) expresso pelo Produto Interno Bruto (PIB) foi superior ao do estado e ao do país, “levando em consideração a inflação do

PROMOÇÃO

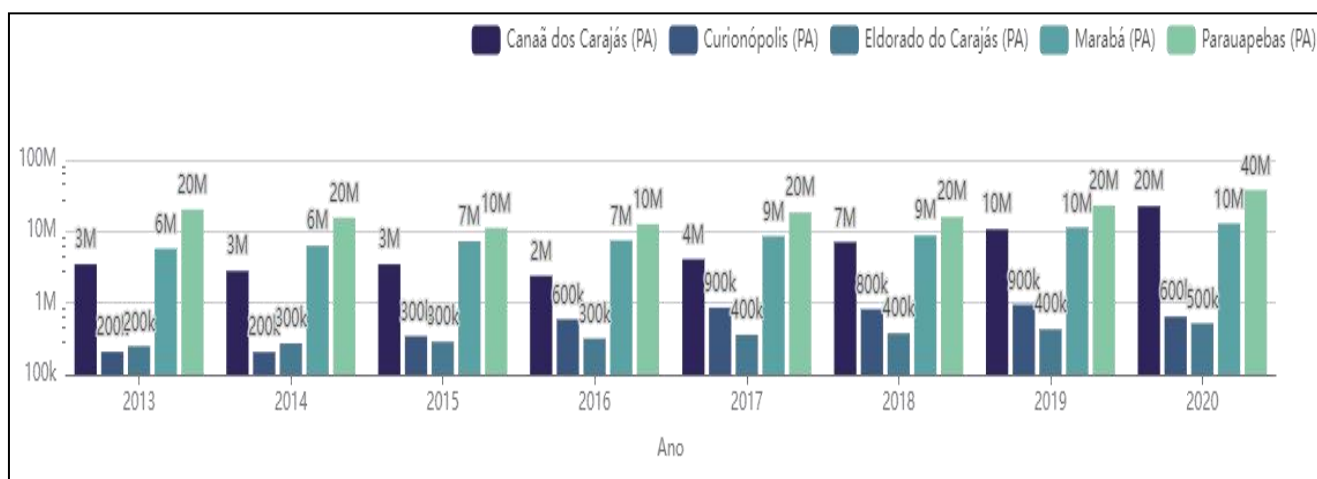


APOIO



período, o maior valor para o PIB foi no ano de 2019, em que alcançou o valor de R\$ 23 bilhões de reais, enquanto que o menor valor registrado foi o de R\$ 13.7 bilhões em 2015". (PMP, 2023, p. 10 a 11 ).

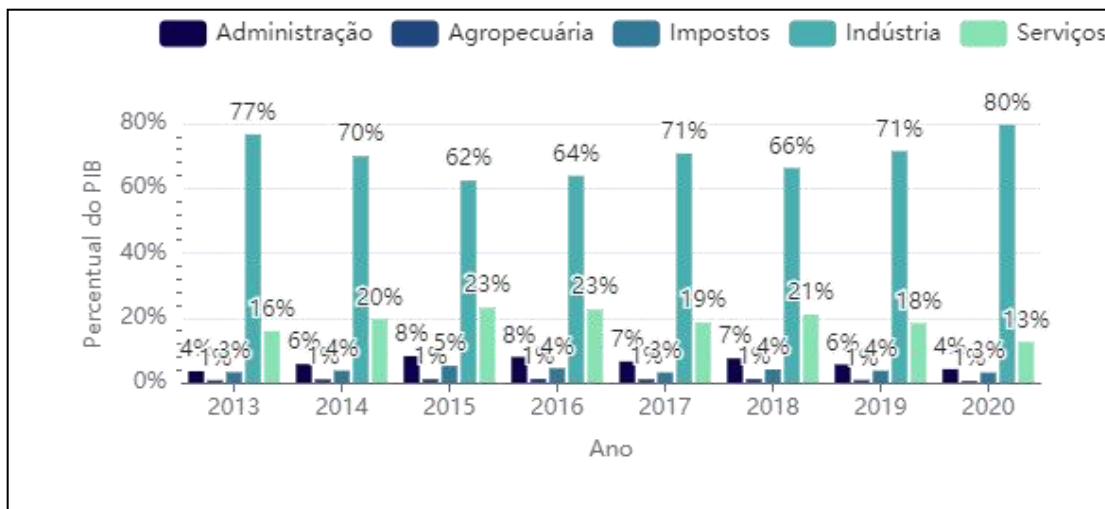
No Observatório de Dados de Parauapebas (2023), na área de *dashboards* é possível verificar o PIB em milhões de reais até o ano de 2020 e, em comparação com outros municípios minerários da região de Carajás, Parauapebas é o que possui maior PIB.



**Gráfico 4 – PIB de Parauapebas e Região**

Fonte: Observatório Parauapebas (2023).

Em relação a participação das atividades econômicas no PIB, a indústria, setor que concentra as atividades da mineração, chega a compor 80% do PIB em 2020. Neste ano os outros setores participam timidamente, sendo 13% de participação dos Serviços, 4% da Administração, 3% de impostos e apenas 1% da Agropecuária.



**Gráfico 5 – PIB de Parauapebas e Região**

Fonte: Observatório Parauapebas (2023).

O Boletim enfatiza a participação do chamado “setor externo do município”, representado pelas exportações de produtos minerais e não minerais. Os valores expressam o “crescimento ao longo do período considerado, sendo o pico máximo o ano de 2021 com as exportações dos produtos minerais alcançando pouco mais de US\$ 13 bilhões (a preços constantes). (PMP, 2023, p. 15).

No que se refere ao trabalho na região, principal estratégia de distorção da ideia de desenvolvimento, o Boletim avalia positivamente a geração de emprego, quando comparada aos números do estado do Pará e do Brasil.

A Prefeitura dá ênfase aos dados referentes ao emprego feminino, que teve o maior aumento percentual entre os anos de 2020 e 2021; constata ainda que “em termos de composição setorial microrregional, Parauapebas é o que possui o maior número de empregos no setor industrial, de construção, de comércios e de serviços”. (p. 25).

Destarte, retornar-se a tese de Coelho (2015), sobre a funcionalidade da retórica do emprego como estratégia de convencimento da população que teme o desemprego e é levada a acreditar na concepção de “desenvolvimento pela mineração”.

Os autores da “Questão Mineral no Brasil”, fornecem chaves para compreender porque apesar dos impactos sociais e ambientais da mineração no município, mencionados brevemente no início da seção, a população, a sociedade civil local participam do consenso em torno do desenvolvimento econômico.

Para Coelho (2015) existem duas grandes ideologias subjacentes no discurso do desenvolvimento: a ideia do progresso e o mito do desenvolvimento. Em síntese, segue 10 (dez) argumentos mobilizados pelo discurso do desenvolvimento, utilizados em regiões de mineração.

o desenvolvimento minerador é visto enquanto desenvolvimento legítimo de toda a sociedade, e não apenas de uma parte
ênfase na criação de empregos
ênfase dado ao aumento da arrecadação
desconsideração de impactos sociais e econômicos ligados à mineração
naturalização de uma suposta vocação de algumas regiões para a mineração
lógica que induz a crença na impossibilidade da criação de alternativas econômicas
crença num caráter técnico da mineração que mitigaria/eliminaria seus impactos negativos
desconsideração do potencial não atingido e desperdiçado pela atividade mineradora
a imagem de responsabilidade social (projetos sociais e de pequenas concessões)
crença numa hipotética sustentabilidade do projeto minerador que desconsidera os impactos negativos causados pela mineração

### Quadro 1 – Argumentos do Discurso do Desenvolvimento, citados por Coelho (2015)

Fonte: Coelho (2015, p. 104 a 106).

Os dados divulgados pelo Observatório de Dados de Parauapebas e os indicadores por área como Agronegócio, Social, Saúde, Educação, Economia, Infraestrutura, Meio Ambiente, Trânsito e Turismo ignoram os impactos sociais e econômicos ligados à mineração assim como o Boletim Econômico da Prefeitura enfatiza os dados apenas na arrecadação, exportações, balança comercial, criação de empregos, disseminando indiretamente na sociedade local a naturalização da suposta vocação da cidade para a mineração.

#### PROMOÇÃO



#### APOIO



## 4 CONCLUSÃO

O crescimento populacional e o “desenvolvimento” do município de Parauapebas estão diretamente relacionados à exportação de matérias-primas, principalmente, o minério de ferro. A extração dos minerais é realizada desde a década de 1970 pela empresa que se tornou agente de desenvolvimento dominante na região de Carajás.

Entretanto, o modelo de desenvolvimento baseado predominantemente na atividade econômica predatória da extração mineral, além de provocar impactos sociais, culturais e ambientais diretos também impede ou limita o desenvolvimento de outros modelos de desenvolvimento sustentáveis.

## REFERÊNCIAS

DE OLHO NA CFEM. Para onde vai a CFEM?. Uma avaliação das receitas e despesas dos municípios de Marabá (PA), Parauapebas (PA) e Canaã dos Carajás (PA) para o ano de 2021. **Nota Técnica – Nº 08** – dezembro de 2022. Disponível em: [https://cms.deolhonacfem.org/uploads/NT\\_08\\_PA\\_CFEM\\_1\\_031645ea10.pdf](https://cms.deolhonacfem.org/uploads/NT_08_PA_CFEM_1_031645ea10.pdf). Acesso em 25.06.23.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

\_\_\_\_\_. Prévia da população dos municípios, com base nos dados do Censo Demográfico de 2022. IIBGE, 2023. Disponível: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=35938&t=resultados>,. Acesso em 25.06.23.

INESC. INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Violências de Gênero em Contextos de Exploração Mineral: o caso do Sudeste do Pará**. INFORMATIVO Nº 2, 2023. Brasília/DF.

MESQUITA, Benjamim A. A atuação governamental, as forças de mercado e a inserção da Amazônia no ciclo das Commodities. In: COUTINHO, Joana Aparecida;

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



LOPES, Josefa Batista (Org.). **Crise do capital, lutas sociais e políticas públicas.** São Paulo: Xamã, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS. **Observatório de Dados de Parauapebas.**

Disponível em :<https://observatorio.parauapebas.pa.gov.br/dashboards/visualizar/20>. Acesso em 25.06.23.

\_\_\_\_\_. SEGOV. SECRETARIA ESPECIAL DE GOVERNO. **Boletim Econômico 2023.** Disponível em: <https://observatorio.parauapebas.pa.gov.br/parauapebas-em-numeros/Economia/2023/Anual>. Acesso em 25.06.23.

\_\_\_\_\_. SEMAS. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Diagnóstico Socioterritorial do Complexo VS10.** Disponível em [https://sapl.parauapebas.pa.leg.br/media/sapl/public/documentoacessorio/2021/19919/2021.09.22\\_-\\_of\\_1399\\_-\\_cmp\\_-\\_resp.\\_of\\_158\\_-\\_indi\\_006.2021.pdf](https://sapl.parauapebas.pa.leg.br/media/sapl/public/documentoacessorio/2021/19919/2021.09.22_-_of_1399_-_cmp_-_resp._of_158_-_indi_006.2021.pdf). Acesso em 25.06.23.

SILVA, Daniel N; OLIVEIRA, Antonia L A; MENDES, Emilio C. **Pobreza e Saneamento Básico em Municípios Minerados no Contexto de Pandemia.** Disponível em: [https://acoescovid19.unifesspa.edu.br/images/Artigo\\_-\\_Acesso\\_a\\_%C3%81gua.pdf](https://acoescovid19.unifesspa.edu.br/images/Artigo_-_Acesso_a_%C3%81gua.pdf). Acesso em 25.06.23.

TRINDADE, José R B; OLIVEIRA, Wesley P; BORGES, Gedson T do N. O Ciclo Mineral e a Urgência de Políticas de Desenvolvimento Local: o caso do município de Parauapebas no sudeste do Estado do Pará. *In: Revista Políticas Públicas.* Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA. v. 18, n. 2. 2014.

<sup>i</sup> Na década de 1970, a então empresa estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) iniciou a exploração das reservas minerais da região de Carajás. Sendo vendida ao capital privado no ano de 1997, no Programa de Desestatização do governo. Em 2007 muda o nome social de CVRD para VALE S/A.

PROMOÇÃO



APOIO

